

OPINIÃO

OBSTÁCULOS PARA O CRESCIMENTO

Messias Mercadante de Castro*

O IBGE divulgou recentemente os dados relativos ao desempenho da nossa economia em 2002. A agropecuária cresceu 5,79%; a indústria 1,52% e o setor de serviços 1,49%. No global, o Produto Interno Bruto (PIB) – soma dos bens e serviços finais produzidos no país – cresceu 1,52%, contra um crescimento populacional de 1,3%. Nos últimos dez anos, o PIB teve um crescimento médio de 2,9% ao ano e a renda per capita uma expansão média de apenas 1,49% ao ano.

A partir de 1994, além do Plano Real de Estabilização, a economia brasileira passou a trilhar mais dois caminhos paralelos que contribuíram para que o atual quadro sócio-econômico se configurasse. O primeiro, ligado à política de combate à inflação se caracterizou pela redução acentuada da nossa tarifa de importação, que caiu de 35% para 14% e, o segundo, o processo de privatização de empresas estatais, seguindo os receituários da globalização econômica e do consenso de Washington, respectivamente.

A forte abertura econômica, com a tarifa de importação reduzida, conjugados com uma taxa de câmbio com o real supervalorizado frente ao dólar, possibilitaram um forte choque de oferta de produtos importados que contribuiu para a estabilidade da inflação, porém provocou a geração de desequilíbrios estruturais no sistema produtivo nacional com a valorização do fator capital – com uma acelerada importação de máquinas e equipamentos industriais e a desvalorização do fator trabalho, sustentado pelo crescente desemprego da população economicamente ativa (PEA) que ultrapassa, no momento, o nível de 11% da força de trabalho.

O crescimento acentuado de nossas importações, sem a contrapartida de igual crescimento de nossas exportações, provocou sucessivos e crescentes déficits na Balança Comercial e em Transações Correntes que, em grande parte, foram cobertos pela venda de empresas estatais a grupos estrangeiros e, os saldos restantes desses déficits, nos colocaram na dependência de organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e também da poupança e investimentos diretos do exterior.

A manutenção sistemática das taxas de juros elevados e uma política restritiva de crédito permitiu à economia brasileira manter uma inflação relativamente baixa e controlada, porém, provocaram um baixo nível de desenvolvimento econômico com uma ampliação crescente do desemprego e da economia informal – esta pela elevada carga tributária e pelo sobrenatural ônus dos encargos trabalhistas, tendo

* Economista, Consultor de Empresas e Professor e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas "Padre Anchieta" de Jundiá. mercadanteconsult@terra.com.br.

como resultado, uma queda da renda média dos trabalhadores e maior concentração da renda nacional. Como subproduto dessa situação, amplia-se em todo o país um conflito não explícito, mas perfeitamente identificável, de violência social.

O novo governo do Presidente Lula, recém empossado, se subjugou à mesma armadilha da taxa de juros elevados e restrição de crédito para combater a inflação e, como certo, a recessão tenderá a se ampliar na economia do país, agravando o quadro sócio econômico, podendo atingir o político.

Não é possível que com medidas claramente recessivas no âmbito da macroeconomia, possa-se pensar em medidas desenvolvimentistas na microeconomia.

Abaixo, registro, a meu ver, as condições necessárias e suficientes para que a economia volte a se desenvolver em níveis desejáveis e seus obstáculos.

O país pode crescer quando existe um ambiente crescente de oferta de empregos, que possibilita uma melhora na renda do trabalhador. A partir dessa condição, há um aumento sistemático da demanda de bens e serviços pelas famílias que induzem a um aumento da produção e dos investimentos das empresas, com a ampliação da receita tributária do setor público.

A segunda pré-condição é aquela que diante de uma economia fragilizada pelo consumo interno, o setor público inicie investimentos na infraestrutura nacional e nos serviços básicos, propiciando, dessa forma, que o setor privado seja reanimado e passe a experimentar o “efeito multiplicador de desenvolvimento econômico” – com mais produção, mais emprego e maior consumo.

Com a ortodoxia da política monetária que vimos praticando, a primeira opção acima torna-se inexecutável. A segunda opção, pelo estrangulamento do setor público e as metas de inflação e de superávit primário firmadas com o FMI, nem pensar no curto prazo.

Restariam duas opções para o desenvolvimento auto-sustentável de nossa economia: a primeira, um robusto superávit na balança comercial que, para acontecer, o Brasil precisa dobrar o volume das exportações anuais. Para tal, teríamos que sobrepormos as muitas barreiras próprias do comércio exterior, como, por exemplo: preços competitivos; qualidade em padrão internacional; logística eficiente; redução do custo-Brasil; linhas de crédito do exterior e, por último, uma política interna favorecendo as pequenas e médias empresas para que exportem.

Lamentavelmente, não temos a nosso favor as condicionantes acima para iniciarmos, a partir de uma forte demanda externa em nossa economia, um embrião para o desenvolvimento econômico.

A outra opção, que se viesse a acontecer, deveria ser objeto de grande prudência pelas autoridades governamentais pelas implicações futuras no Balanço de Pagamentos do país, se refere à vinda maciça de investimentos diretos dos estrangeiros, em diversos e diversificados setores produtivos de nossa economia, que iniciaria um processo de aumento de demanda agregada, geração de empregos e consumo interno do país. O atual quadro de instabilidade econômica nos EUA,

Europa e Japão não nos permite pensar, nem de longe, nessa possibilidade no curto prazo.

Como podemos observar, os caminhos para a retomada mais forte do desenvolvimento econômico do Brasil estão cada vez mais estreitos. A primeira vista, parece mesmo que não temos opção e nem solução para tão graves problemas. Temos sim e, não tenhamos ilusão, são caminhos difíceis, decorrentes de espinhosas negociações sócio-econômicas e políticas, mas que se implementadas com a requerida isenção de interesses particulares, corporativos e políticos, poderão provocar o bem estar social tão desejado pela sociedade brasileira. Trata-se das reformas tributária e trabalhista.

Se considerarmos as necessidades atuais de recursos para operacionalizar o setor público, o volume atual de receitas tributárias de 36% do PIB não poderá ser reduzido. Se, por sua vez, pensarmos em uma reforma que amplie ainda mais esse percentual, estaremos agindo exatamente na relação inversa para retomarmos um desenvolvimento econômico mais forte.

A reforma tributária terá que contemplar algumas condições fundamentais como, por exemplo, reduzir a carga tributária dos impostos indiretos e reduzir a tributação das pessoas físicas.

No campo da reforma trabalhista, o caminho para estimular a geração de empregos se localiza na queda acentuada dos encargos trabalhistas.

É certo que, no primeiro momento, haverá queda nas receitas tributárias que, poderá, no momento seguinte, ser compensada pelo crescimento da economia e geração de empregos.

Se os municípios, estados e a união desejarem apenas ganhar com essas ~~refomas e não se preocuparem~~ *priori*, com o ajuste fiscal, seguramente, mais uma vez, não sairemos das intenções e retóricas, enquanto o leite está cada vez mais sendo derramado no país.